



2014/03/23

A Ucrânia e a NATO¹

Alexandre Reis Rodrigues

Em dezembro de 2008, na cimeira de ministros de Negócios Estrangeiros da NATO, destinada a dar seguimento à ideia de que a Ucrânia, um dia, se tornaria membro da Aliança, conforme declaração constante do comunicado final da Cimeira de chefes de Estado e de governo (Bucareste, abril de 2008) afirmava-se o seguinte:

«Ukraine’ sovereignty, independence and territorial integrity are key factors for ensuring stability in Europe».

Ficava implícito que a NATO nunca ficaria indiferente a qualquer ocorrência que ameaçasse essa avaliação, ou seja, que tomaria qualquer ação se viesse a concretizar-se. Não obstante as declarações atuais do secretário-geral da NATO a condenar a invasão da Crimeia e as tensões entre os EUA e a Rússia estarem num crescendo, muito cuidadosamente, ninguém quer falar de uma resposta militar.

Algumas vozes têm defendido essa opção em termos de deslocação de forças para zonas próximas o que teria alguma justificação em face de garantir uma prontidão de resposta que agora não existe e que poderá fazer falta se a situação conhecer novos desenvolvimentos nas zonas leste e sul da Ucrânia. Moscovo tem feito movimentações de tropas perto das fronteiras leste e sul da Ucrânia. Presentemente, fala-se em cerca de 20000 efetivos mas já foram mencionados 150.000. A garantia dada de que se trata apenas de exercícios não retira nem sequer diminui as preocupações que isso gera, porque a invasão da Geórgia foi precedida por manobras idênticas. No entanto, responder de forma semelhante, como alguns sugerem, seria muito provavelmente uma “receita” para a escalada da crise.

	Favor %	Oppose %	DK %
Total	28	51	21
Region			
Central	33	51	16
West	59	15	26
East	11	72	17
South	11	60	29
Ethnicity			
Ukrainian	33	46	21
Russian	6	74	19

¹ As estatísticas que se mostram como imagem de apoio são de 2010; foram retiradas de um texto (“Ukraine says no to NATO”, by Kathleen Holzart Spehe, Pew Research – Global Attitudes Project) de onde faço o seguinte extrato complementar. «More recent polling in January 2010 by the Kyiv International Institute of Sociology (KIIS) found Ukrainians expressing an overwhelmingly positive view of Russia — more than nine-in-ten (93%) said they had a good attitude towards Russia. When asked about what they would like to see for their country’s relationship with Russia, two-thirds (66%) believed that the countries “should be independent, but friendly states — with open borders, no visas and customs.” Another 22% of Ukrainians believed that the countries “should unite into one state.” Few Ukrainians (8%) wanted relations to be “the same as with other countries — with closed borders, visas and customs.”

However, Ukrainians still express some reservations when it comes to closer ties with Russia — especially on the issue of energy dependence. In the fall 2009 Pew Research study, more than seven-in-ten (73%) Ukrainians said they are worried about being too reliant on Russia for their energy needs, up from 63% in 2007. »

Mesmo os mais diretamente interessados em garantir apoio da NATO estão divididos sobre essa ideia; aliás, até mesmo sobre a dimensão e natureza das sanções; a Estónia, por exemplo, pressiona a sua agudização mas a Lituânia e a Polónia mostram-se cautelosos, assim como, principalmente, os dozes países que têm uma dependência energética (em gás) da Rússia, superior a 50%.

Taras Kuzio² que conhece bem a situação na Ucrânia, também espera que a reação dos ucranianos em geral privilegie mais a prudência do que a defesa dos princípios, malgrado o facto de o seu governo parecer dar toda a prioridade, juntamente com os ocidentais, à defesa dos princípios, destacadamente, o da manutenção da integridade territorial. Compreende-se que o discurso político oficial não poderia ser outro mas, no terreno, nada joga a favor de uma reação forte.

Em primeiro lugar, porque o Governo em funções tem grandes fragilidades e pouca consistência. Na verdade, nem tem conseguido reunir os apoios necessários para poder levar à prática as suas declarações políticas. Não conseguiu obter o apoio que seria essencial dos moderados das províncias do leste que, malgrado a maior influência russa, apoiaram a queda de Yanukovich. Falta saber se pelo menos tem o apoio dos oligarcas que, em função do controlo das indústrias instaladas nessas províncias, são também essenciais. Está quase exclusivamente empenhado em arranjar forma de evitar que o País caia numa situação de bancarrota o que se aceita como prioridade mas não em exclusivo. Nunca se compreenderá, por exemplo, a situação em que deixaram colocadas as Forças Armadas estacionadas na Crimeia, sem ordem explícita para se defenderem ou retirarem.

Em segundo lugar, porque os ucranianos sempre foram algo ambivalentes em relação à Crimeia. Naturalmente que vão “chorar” a perda, como um revés na sua autoestima, mas, interiormente, sabem que vão ver-se livres de vários problemas importantes. Deixarão de preocupar-se com os subsídios enormes com que apoiam a agricultura na região, com a promoção do seu turismo que já teve bem melhores dias, com o combate à insurreição islamita promovida pelos tártaros,³ uma etnia que se queixa de repressão e desatenção dos governos de Kiev; com o ter que lidar com a xenofobia que grassa entre a população etnicamente russa⁴, etc. Ainda antes da invasão russa, uma multidão de 20000 manifestantes pró-Rússia forçaram a demissão do “mayor” designado por Kiev para instalar uma personalidade russa. Diz Taras Kuzio que, no longo prazo, vão identificar mais razões para “agradecer” a Putin do que para se queixarem.

Um membro da milícia nacionalista de autodefesa (“Lvivska Sotnia”), que desempenhou um papel importante na queda de Yanukovich, diz o seguinte sobre a possibilidade de uma ação militar de reação: «*retake Crimea by force would only risk starting World War III*». Putin conhece, certamente, esta forma de os ucranianos avaliam a situação; espera-se que saiba também, que quanto às províncias do leste e sul a “história” seria completamente diferente.

² Académico inglês que manteve uma longa e direta associação com a Ucrânia, entre 1992 e 2004, em diferentes posições. Estou a citar este autor a partir de um artigo recente sobre a invasão russa da Ucrânia (“*Farewell, Crimea, 13 march 2014*”).

³ Perfazem 13% da população da Crimeia e que não quer associar-se à Rússia. A 26 de fevereiro, verificaram-se confrontos graves entre tártaros e manifestantes russos.

⁴ Taras Kuzio recorda experiências que teve neste campo, quando, por exemplo, em 1991, para a compra de um bilhete de Metro exigiam que o pedido fosse feito em russo e não em ucraniano.

Todo este panorama se pode alterar se Putin retomar a ideia de que, caso haja violência contra a etnia russa no leste e sul da Ucrânia, então está no direito de intervir para proteger interesses e a população de língua russa. Saber como esse desenvolvimento se poderá evitar é o que tem prioridade de momento mas esse objetivo situa-se num campo que não é propriamente o da NATO. Espera-se ao menos que a Aliança, pelo menos, não suspenda, como fez na crise da Geórgia, o funcionamento do *NATO/Russia Council*. Será, certamente, útil quando as partes decidirem que é chegada a altura de iniciar o caminho para pôr um ponto final na escalada da crise.

Entretanto, o tema urgente para a NATO será ponderar como vai ser possível “acalmar” os europeus do leste, agora que têm novos argumentos sobre a necessidade de encarar a proximidade da Rússia sob uma perspetiva mais cautelosa. Provavelmente, Polónia e outros, que sentem a situação de forma diferente da dos europeus ocidentais, insistirão na elaboração de planos de contingência para a sua proteção, uma sugestão que tem sido consistentemente recusada. A ideia não combina com a procura de uma parceria estratégica NATO/Rússia, orientação consagrada desde a Cimeira de Lisboa, cujo Conceito Estratégico diz o seguinte:

«NATO-Russia cooperation is of strategic importance, as it contributes to creating a common space of peace, stability and security. NATO poses no threat to Russia. On the contrary: we want to see a true strategic partnership between NATO and Russia, and we will act accordingly, with the expectation of reciprocity from Russia».

Naturalmente que a Cimeira de Gales, em setembro deste ano, pode rever e, provavelmente, vai alterar esta orientação. Algo, de facto, precisa de ser feito para ajudar a criar um ambiente de dissuasão que desencoraje futuras movimentações de sinal semelhante, quer da parte da Rússia, quer da parte de outros Países que se sintam animados com a inação do Ocidente. Alguns têm defendido acelerar o programa de defesa antimíssil previsto para a Polónia e Roménia, dentro do conceito “*European Phased Adaptive Approach*”, mas essa opção iria “alimentar” as alegações de Moscovo de que esse programa está dirigido ao arsenal nuclear russo e não ao possível futuro arsenal iraniano.

O que o Leste europeu desejaria, em primeira instância, seria uma postura militar mais musculada da NATO na sua área, por forma a complementar a política de sanções em que os EUA apostam. Eventualmente, um regresso a uma maior presença americana. Essa pretensão, no entanto, vai chocar com a necessidade de cautela em não dar passos que aproximem a situação do clima que caracterizou a Guerra Fria. Em qualquer caso, constituiria também um desfecho que não é lógico que Putin se arrisque a desencadear porque acabaria por ser como que um ricochete indesejado da sua política. Apesar de tudo, será sempre uma opção que vai ter que estar em cima da mesa, mesmo discretamente.